

AMBIENTALISMO DE RESULTADOS

Como o engenheiro Virgílio Viana, da Fundação Amazonas Sustentável, desenvolveu um programa que remunera em dinheiro e bens cerca de 350 famílias de ribeirinhos que conservam a floresta

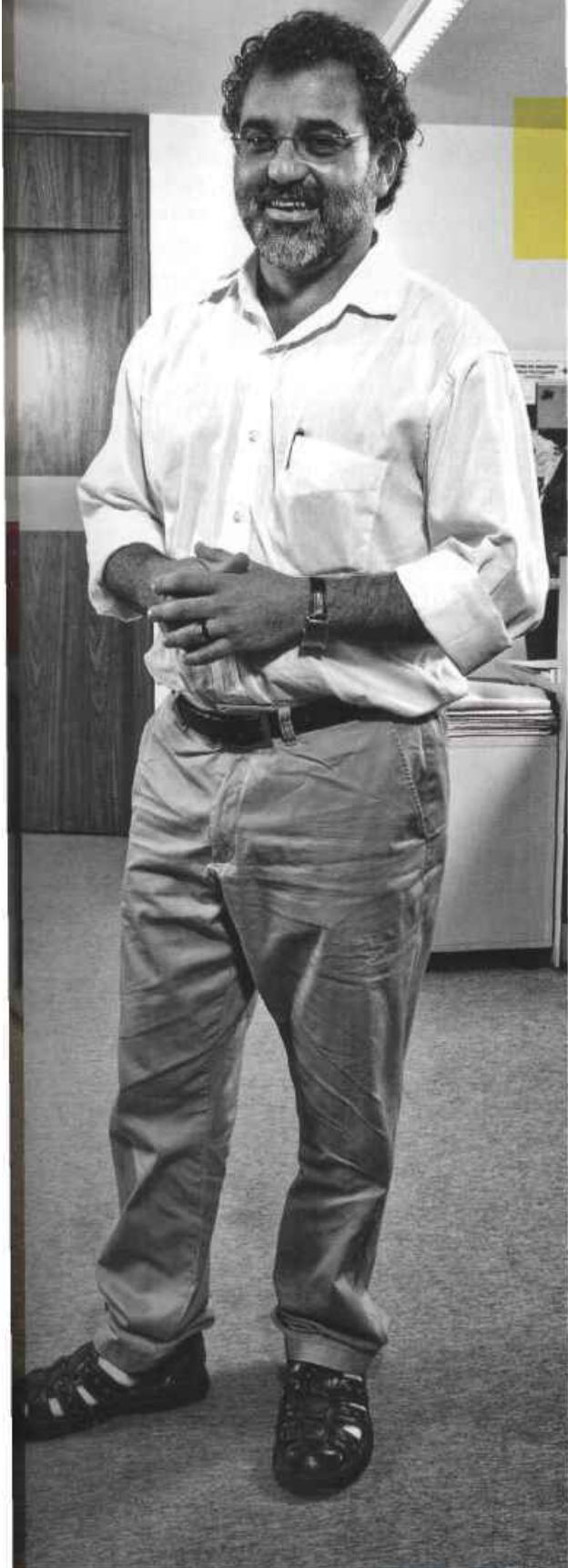
POR RICARDO ARNT

A vanguarda do combate mundial às mudanças climáticas está tanto em Copenhague quanto na remota Nova Aripuanã, a 300 quilômetros ao sul de Manaus, no Amazonas, a primeira localidade a acolher um projeto brasileiro de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). As 350 famílias de ribeirinhos que moram na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, localizada no município, são as primeiras do mundo remuneradas por conservar a floresta. Parte do pagamento vem do outro lado do planeta, de doações de hóspedes que ocupam os 400 mil quartos da rede de hotéis Marriott International em 69 países. Funciona assim: os hóspedes são convidados a compensar as emissões de carbono emitidas na viagem e na estadia doando US\$ 1 por noite para o Juma. Os ribeirinhos garantem o seqüestro de carbono evitando o desmatamento da reserva, situada em área de risco, vizinha à rodovia BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.

Toda a operação é administrada pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), instituição público-privada, sem fins lucrativos, criada pelo governo do Amazonas em 2007, em parceria com o Bradesco e a Coca-Cola, para administrar as unidades de conservação do estado. Com os recursos, a FAS paga às famílias do Juma em dinheiro, em bens e em serviços, modalidades de benefícios do programa Bolsa Floresta, criado para estimular a conservação no estado.

Quem está por trás desse engenhoso sistema de preservação é o engenheiro florestal Virgílio Viana, um mineiro de 48 anos precursor da engenharia sustentável nas florestas nativas do Brasil. Formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba (São Paulo), com Ph.D. em biologia da evolução pela Universidade de Harvard e pós-doutorado em desenvolvimento sustentável pela Universidade da Flórida, Viana é diretor da FAS e um obcecado pela economia da floresta.

"Inauguramos a remuneração para os serviços de conservação e abrimos alternativas econômicas com a floresta em pé", afirma Viana. Apesar de as unidades de con-





PRESERVAÇÃO A vila de Boa Frente, na Reserva do Juma, está entre as atendidas pelo sistema do Bolsa Floresta na Amazônia

servação serem protegidas por lei, há desmatamento em quase todas elas, induzido pela falta de renda da população que vive no seu interior. Para desenvolver a economia, o programa Bolsa Floresta Familiar paga R\$ 50 por mês a cada mãe de família comprometida com a conservação. O Bolsa Floresta Renda investe R\$ 140 mil por ano no fomento de cadeias de produtos florestais, como óleo, castanha, madeira e fruta, e o Bolsa Floresta Social aplica outros R\$ 140 mil por ano em educação, saúde, comunicação e transporte. Outro programa, o Bolsa Floresta Associação, equipa as comunidades com um kit avaliado em R\$ 30 mil, composto de lancha voadeira, placa de energia solar e rádio. Seis mil famílias, de 14 das 35 unidades de conservação do estado, recebem os recursos.

O impacto do projeto Juma foi certificado e auditado pelo selo CCBA, da rede Climate, Community & Biodiversity Alliance, e pela auditoria alemã TÜV Süd. Recebeu o padrão ouro, reservado às ações geradoras de benefícios às comunidades. Nos próximos seis anos, a conservação dos 6 mil quilômetros quadrados de floresta da reserva deve evitar a emissão de 3,6 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera.

A FAS está só começando. Em dois anos, a fundação captou R\$ 60 milhões do governo do estado, do Bradesco e da Coca-Cola. A rede Marriott doou US\$ 2 milhões para o Juma. A marca italiana de lingeriees Yamamay mandou 50 mil euros para uma escola na Reserva do Uatumã. Em dezembro, o BNDES aportou outros R\$ 19 milhões para ampliar os benefícios do Bolsa Floresta. Os recursos são aplicados num fundo fiduciário cuja renda movimentada os programas e garante a perenidade da FAS.

"A fundação foi concebida para oferecer eficiência de gestão", afirma Viana. Soluções de mercado são uma constante na carreira desse executivo que estreou no ser-

viço público aos 23 anos, como coordenador de educação ambiental dos CIEPs do Rio de Janeiro, projeto do vice-governador Darcy Ribeiro. "Aprendi com o Darcy a construir em conjunto com a sociedade", afirma Viana. Por discordar do boicote ambientalista às madeiras tropicais, na década de 80, Viana coordenou o processo de consultas que trouxe para o Brasil o Forest Stewardship Council, a organização responsável pelo selo FSC de sustentabilidade. "Eu queria que comprassem mais madeira, não menos, mas desde que fosse madeira manejada de modo sustentável", afirma Viana.

Na década de 90, Viana envolveu-se no Acre com a fabricação de móveis com madeira certificada, em parceria com a empresa Etel Interiores. O projeto teve menos sucesso do que sua afinidade com a proprietária, a designer paulista Etel Carmona, hoje sua mulher. Em 2002, o recém-eleito governador Eduardo Braga convidou Viana para o cargo de secretário estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável do estado, posição que mais tarde o engenheiro trocaria pela de diretor da FAS.

Virgílio Viana é um dos mais articulados e controvertidos ambientalistas brasileiros. "Ele é uma pessoa brilhante, pragmática, com amplo conhecimento da Amazônia e com uma visão lá na frente", afirma o ex-secretário de florestas do estado do Acre Carlos Vicente. "Mas não abre mão de mandar em tudo, de ter o controle da gestão e de administrar os recursos, o que, em projetos públicos, cria conflito de interesses." O ex-governador do Acre Jorge Viana, outro engenheiro florestal convertido em político, não economiza nos elogios. "O Virgílio deu uma contribuição importante, quase voluntária, para a definição do manejo florestal comunitário como política pública no Acre. E levou essa experiência para o Amazonas", diz Viana. "Ele trabalha para a melhoria das populações tradicionais e pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia."

Em um dos programas do FAS, cada mãe de família recebe R\$ 50 por mês para ajudar na conservação